

**PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO
NA PRODUÇÃO DISCURSIVA**
(Referential Processes in Discourse Production)

Ingedore Villaça KOCH (*Universidade de Campinas*)
Luiz Antônio MARCUSCHI (*Universidade Federal de Pernambuco*)

ABSTRACT: In this paper, we discuss some of the strategies responsible for the accomplishment of referential processes in spoken language. Our aim is to elucidate how referents are introduced, maintained, retrieved, indicated and identified in the text. The relevance of this investigation is directly connected with the essentiality of the referential system for the connexity and topical organization of texts and with the conviction that the resolution of referential processes is the basis for text comprehension.

RESUMO: Este ensaio analisa algumas das estratégias pelas quais se realizam os processos referenciais na produção do texto oral. Trata de explicar como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto. A relevância desta investigação está diretamente ligada à essencialidade do sistema referencial na coesividade e organização tópica do texto. Justamente por isso, Sanford e Garrod (1982:100) julgam importante a resolução do processo referencial para a própria compreensão textual.

KEY WORDS: Referential Processes; Textual Organization; Sequentiality; Textual Progression.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Referenciais; Organização Textual; Sequenciação; Progressão Textual.

0. Introdução

Observando o texto numa perspectiva macro, podemos admitir que ele se organiza e progride com base em dois processos gerais: (1) *sequencialidade* e (2) *topicidade*.¹ Em geral, estes dois processos não são correlacionados

¹ Embora tentadora, parece que uma relação biunívoca desses processos com os de *coesão* e *coerência* não pode ser estabelecida, pois se trata de aspectos diversos. A coesão tem como um de seus componentes um certo subconjunto de estratégias de designação de referentes que se insere no contexto do processo de evolução referencial.

com precisão e o primeiro ainda não foi objeto de uma análise sistemática, em especial na língua falada.²

Esclarecendo as relações de diferença e semelhança entre os dois processos apontados, pode-se lembrar, grosso modo, que a *sequencialidade*, vista aqui como *progressão referencial*, diz respeito à introdução, preservação, continuidade, identificação, retomada etc. de referentes textuais, tidas como *estratégias de designação de referentes*. Já a *topicidade*, vista aqui como *progressão tópica*, diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto. Se, por um lado, a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, por outro lado, a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras da continuidade referencial, mas não a garante.

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Esta característica permite que os referentes não sejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como *objetos-de-discurso*, tal como postulam Reichler-Béguelin/Apothéloz (1995), entre outros. A questão é complexa porque um texto não costuma ser monotópico ou linear, o que dificulta os processos de referenciação. Pode-se mesmo dizer que a continuidade tópica ao longo do texto inteiro não é condição necessária para a progressão referencial. Por outro lado, parece ser intuitivamente verdadeiro que há uma relação entre a manutenção de referentes e a construção de tópicos discursivos.

Não obstante essa relação entre progressão tópica e progressão referencial, parece oportuno considerá-los como processos distintos, mas complementares. São simultâneos e às vezes se codeterminam, por exemplo, naqueles casos em que um referente designado por um pronome anafórico sem antecedente explícito só é interpretável no contexto temático em andamento. Questão central aqui é: como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita lingüisticamente

² Muitas são as tentativas existentes de tratar este aspecto na análise da coesão textual, especialmente na linha da cotextualidade, observando as relações de anáfora, elipse, repetição, coesão lexical etc. (na esteira das posições de Halliday & Hasan, 1976). Veja-se o cap. 6. de Possenti (1988), que tenta analisar um texto sob o ponto de vista da sua organização coesiva a fim de indagar-se sobre os efeitos (semântico) discursivos das escolhas feitas: afinal de contas, qual a diferença entre escolher uma anáfora pronominal ou uma repetição lexical ou um elemento de natureza metafórica ou metonímica? Esta é a indagação de Possenti que busca mostrar a diferença entre um tratamento textual e outro discursivo para fenômenos lingüísticos.

(cotextualmente) o referente? Seguramente, os itens lexicais, por mais carga semântica que tenham, não serão suficientes em todos os casos. Em outros termos, não acreditamos que o léxico seja auto-suficiente.

A título de ilustração da questão apontada, trazemos o exemplo (1) em que uma locutora, indagada sobre que frutas mais comia, respondeu do seguinte modo:

(1)

Loc	<p>eu gosto mais de laranja... eu gosto de qualquer tipo de fruta... mas como muita laranja.../.../ essas frutas assim que são mais conhecidas aqui no Rio... porque engraçado que.. <i>quando a gente viaja... a gente observa</i> que as frutas de outros estados são totalmente diferentes... coisas até bastante deco/ desconhecidas... com nomes estranhísimos e os que <i>nós temos aqui</i> têm nomes diferentes na/ noutras regiões... né? como... por exemplo... no norte... <i>eles têm</i> assim uma variedade de frutas imensa... mas não são muitas frutas... /.../ no Amazonas por exemplo... que <i>nós_</i>estivemos em Manaus... ah... <i>nós passamos</i> uma tarde num... num lugar onde <i>eles serviram</i> uma refeição e depois era só frutas... mas frutas que realmente nunca havia visto /.../ completamente diferentes daquelas que <i>nós estamos acostumadas aqui no Rio_</i>/.../ o norte principalmente na Amazonas e no Pará... a influência indígena sobre a alimentação é muito grande... <i>eles comem</i> muitas coisas todas assim /.../ o Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo duro... tipo assim cajá-manga... <i>eles têm muita coisa assim</i> /.../ é gozado como <i>a gente' sente essa diferença... lá lá a gente'' não comia</i> fruta... a banana é uma banana tão grande que não dá pra você comer uma inteira... <i>o que a gente''' chama de banana aqui... a banana deles lá é</i> uma coisa imensa... aqui no Rio tinha uma espécie de banana parecida... parece que se não me engano era <i>banana-figo que eles chamam aqui no rio...</i> mas ainda lá é muito maior que a banana-figo /.../</p>	<p>= nós todos na condição de viajantes</p> <p>= nós os cariocas</p> <p>= eles os nortistas</p> <p>= nós de nossa família</p> <p>= nós de nossa família</p> <p>=eles os de Manaus</p> <p>= nós <i>as mulheres</i> cariocas</p> <p>= eles os amazonenses e os paraenses?</p> <p>= eles os amazonenses</p> <p>= a gente' nós todos; = a gente'' nós de nossa família em viagem; =''' a gente nós os cariocas; deles lá dos nortistas</p> <p>= eles os cariocas</p>
-----	---	--

O impressionante neste trecho é que nunca são enunciados nominalmente os referentes do pronome “*eles*”, mas nós sabemos quem são esses indivíduos, ou pelo menos agimos como tal, apesar da variação de referentes. Veja-se que há uma enorme variação inclusive para os referentes de “*nós*” e “*a gente*”, sem que se explicita ou que haja algum tipo de referente na superfície textual. Não se trata propriamente de uma relação anafórica nem de correferencialidade, mas de *objetos-de-discurso* que são gerados pela particular forma de organizar o tópico em cada momento do discurso.

Por outro lado, podemos observar que as diversas vezes em que certos itens lexicais entram, tal como o caso de “banana”, trata-se sempre de algo diferente e não da mesma banana referencialmente. A rigor, não se trata de banana alguma e sim de um referencial discursivo para falar a respeito de uma classe ou de um objeto ou de uma entidade em contexto sempre diverso. Veja-se também que o mesmo indivíduo é tratado por vezes como o mesmo e como diferente. O “nós” nem sempre inclui o “eu” e também não envolve conjuntos definidos. Na realidade, o que se observa é uma atividade de designação referencial em que não há a necessidade de postular a existência de fenômenos e fatos, mas os fatos e os fenômenos são como que necessidades (realidades) discursivas.

O pronome “*eles*” não tem nenhum elemento referencial antecedente cotextualmente explícito. No entanto, não deixamos de entender de quem se trata. A questão é: como conseguimos, com tamanha facilidade, recobrar referentes em casos como estes? Que tipo de atividade cognitiva é posta em ação? Essa estratégia de referenciação é bastante comum na fala e rara na escrita. Trata-se de um traço característico da fala e de gêneros escritos que têm uma proximidade com a fala.

1. Pressupostos

Três são os pressupostos dos quais partimos para postular as posições aqui defendidas:

1. pressuposto da indeterminação lingüística;
2. pressuposto de uma ontologia não-atomista;
3. pressuposto da referenciação como atividade discursiva.

Quanto a (1), trata-se de um pressuposto forte que supõe uma determinada *noção de língua*, da qual faz parte pelo menos o seguinte:

- a língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em conseqüência, será essencial postular o princípio de indeterminação em todos os níveis. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos.

Uma vez admitido esse princípio geral, o pressuposto (2) torna-se imprescindível e postula, em termos gerais, o seguinte:

- do ponto de vista ontológico, o mundo (a realidade extra-mental) não se acha de uma vez por todas definida, identificavelmente demarcada e precisamente delimitada. A discretização do mundo empírico não é um dado apriorístico e sim uma elaboração cognitiva. Isto equivale a dizer que o mundo fenomênico, externo, a possível extensão referencial de nossos itens lexicais, não está à disposição, pronta para receber as designações pura e simplesmente. Trata-se de um contraponto linguagem-mundo necessário para estabelecer uma relação equilibrada entre os dois primeiros pressupostos.

O pressuposto (3) é uma necessidade para se poder estabelecer a correlação entre os dois primeiros. Em síntese, postula-se:

- a referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Estes três pressupostos e seus corolários são de extrema importância para se perceber que a *referenciação é um processo discursivo* e que os *referentes são objetos-de-discurso*, não lhes cabendo um estatuto ontológico apriorístico. O resultado destas reflexões deverá conduzir a uma teoria da referenciação que poderá fundamentar uma semântica do texto.

Os aspectos acima sugeridos são a seguir observados na construção de textos falados. Em especial, vamos nos dedicar ao estudo dos processos fóricos no texto. Também nos interessarão os aspectos relativos às construções nominais.

Fala-se, hoje, em *referentes evolutivos* no caso da progressão referencial. Contudo, trata-se de termo passível de críticas, tais como as feitas por Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:239-40). Para estes autores, “a noção de *referente evolutivo* recobre ambigualmente... a coisa extra-lingüística ... e os *objetos-de-discurso*.” A proposta é que se distinga entre essas duas entidades na medida em que “o estado da memória discursiva (...) determinante para a representação dos elementos anafóricos, não se confunde com o estado do mundo”. A rigor, trata-se de distinguir entre: (a) *objetos mundanos* (entidades extra-discurso e extra-mentais) e (b) *objetos-de-discurso* (entidades alimentadas e reproduzidas pela atividade discursiva). No contexto do discurso, todos os referentes são evolutivos, já que sempre haverá uma mudança, ou seja, os referentes modificam-se à medida que o discurso se desenrola.

2. Correferência e co-significação

Trataremos, aqui, de explicitar por que a progressão referencial não implica necessariamente a *correferência*, isto é, ela pode dar-se como uma reconstrução fundada num contexto gerado no interior do próprio texto sem implicar retomada de referentes, mesmo que faça uso de repetição de itens lexicais. Igualmente mostraremos que a *co-significação*, no caso de *pró-formas nominais* na progressão textual não é necessária para implicar a correferenciação. Este aspecto será aqui analisado na relação com a noção de *recategorização*. Supomos que a noção de *recategorização*, tal como a introduzimos a seguir, com base em Apothéloz (1995), pode ser tomada como uma categoria fundamental para explicar os processos de *heterogeneidade semântica* no processamento textual, isto é, como estratégia produtora de coerência e coesividade implícitas. Particularmente frutífera será esta categoria para o esclarecimento dos processos referenciais na língua falada.

O interesse central neste momento recai nos seguintes aspectos:

- a) continuidade referencial sem explicitação de antecedentes referenciais
- b) continuidade referencial sem correferencialidade
- c) continuidade referencial sem co-significação

Quanto a (a) é de salientar que não é uma condição necessária para um uso pronominal na função referencial, que haja um antecedente explícito no texto. O exemplo (1) da locutora, posto no início, é uma comprovação deste aspecto. Certamente, neste caso o “*eles*” não é correferencial nem propriamente anafórico. Também não é um item lexical pleno, mas opera num domínio cognitivo que recobra referentes precisos em contextos contínuos e não propriamente pontuais. São pronomes que operam como *introdutores de referentes* numa ação similar ao que se daria com os dêiticos textuais, dependendo de contextos imanentes ao texto.

Este tipo de processamento dos pronomes tem similaridade muito grande com o caso dos nomes quando estes operam, por exemplo, na qualidade de *anáforas associativas*. A rigor, inexistente um antecedente explícito no texto, mas existe sim um apoio, uma fonte ou uma origem de fundo cognitivo ou cultural que motiva a relação. Não se trata de uma proposta fundada na realidade lexical apenas, embora não se negue que, em muitos casos, o aspecto lexical é relevante. É a fenômenos deste tipo e à observação das estratégias ali envolvidas que nos dedicaremos no restante deste ensaio.

Como apoio básico, partimos da posição de Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995:229), que rejeitam todas as concepções realistas de significação, evitando assim uma relação rígida (e ingênua) entre a linguagem e o mundo. Mais especificamente, assumimos a posição de Mondada/Dubois (1995), que postulam uma visão processual em relação à significação. É neste sentido que o termo referência passa a ser substituído pela expressão referenciação.

3. O processo de referenciação textual

Seguindo aqui a posição de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:228ss), parece razoável distinguir entre “*referentes mundanos*” que seriam os objetos do mundo e os “*objetos-de-discurso*”, o que aponta, segundo os autores, para a “*plasticidade das significações lingüísticas*”. Os objetos-de-discurso não pré-existem ao discurso como tal, mas são construídos no seu interior. São estes objetos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo que esteja fora da mente, isto é, algo *mundano*. Esta distinção servirá para fazer uma crítica à noção de *referente evolutivo* que parece estar eivada de uma certa ambigüidade e derivar de uma observação *in vitro*. Isto coloca em cheque a posição metodológica que a sustenta (p.234).

A posição defendida até aqui leva a indagar se a correferência é possível. Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995:230) discutem um exemplo extraído de Schnedecker/Charolles (1993:123) para imaginar como se daria a retomada de referentes mediante o pronome anafórico. Suponha-se que alguém misture água e whisky e então tem que retomar a mistura. Qual o gênero do pronome? Masculino ou feminino? A água é feminina e o whisky é masculino.

Segundo esses autores, tudo dependeria (tanto no francês como no português) do que adicionamos e do que assumimos como a base. O elemento adicionado é um componente da mistura, mas o elemento ao qual o outro foi adicionado é o fator da categorização da mistura. Vejam-se os dois casos:

1. *João despejou whisky num copo. Em seguida adicionou água e o tomou.*
2. *João despejou água num copo. Em seguida misturou whisky e a tomou.*

A questão é particularmente interessante porque o pronome anafórico refere a mistura, mas não a *correfere*, já que na mistura há dois elementos. Caso quantifiquemos as porções de água e whisky, a situação fica ainda mais evidente. Por exemplo:

- 1'. *João despejou três dedos de Whisky num copo. Em seguida adicionou um pouquinho de água e o bebeu.*
- 2'. *João despejou três dedos de água num copo. Em seguida adicionou um pouquinho de Whisky e a bebeu.*

Contudo, pode-se observar, por exemplo, o caso das receitas de doces e comidas, em que sempre há uma série de ingredientes misturados, fundidos, amassados, adicionados etc., e que são retomados ao longo do discurso. Nem sempre isto se dá de acordo com a lógica suposta na concepção acima proposta. Isto significa que há um nível de complexidade subjacente, inclusive nesse caso, que os *testes de aceitabilidade* não conseguem detectar. Somente a observação de dados discursivos efetivamente realizados pode oferecer uma base cientificamente válida para julgamentos de aceitabilidade.

São muitas as questões que podem ser levantadas neste contexto a respeito do processo de referenciação no texto e o motivo de escolhas pronominais.

Veja-se este caso:

- O casal discutia acaloradamente. Observando-o à distância, dir-se-ia que ele discordava.

Pode-se indagar se os dois pronomes salientados (-o, ele) têm o mesmo referente. Certamente, alguns dirão que não, sendo que o primeiro pronome -o refere o *casal* e o segundo *ele* refere o “homem”, já que se trata (supostamente) de um casal composto de um homem e uma mulher. No entanto, é posição igualmente correta responder que ambos os pronomes referem o “homem”, pois ele seria o referente observado que discordava. Neste caso, temos um item referidor cujo referente é discursivo e cognitivamente construído, pois não há um antecedente cotextualmente explícito.

Essas observações sugerem que a progressão referencial, quer do ponto de vista textual quer cognitivo, não se dá numa simples correlação anafórica, o que leva a rediscutir a própria noção de anáfora. Como lembra Kleiber (1994:11), os referentes não se submetem, no caso da relação anafórica, a condições vericondicionais.

4. O aspecto lexical na progressão referencial

No contexto dessas observações e com base nos pressupostos assumidos inicialmente, uma teoria lexical adequada aos propósitos das investigações textuais, deveria ocupar-se de dois aspectos:

1. desontologizar o léxico e
2. desmundanizar o discurso.

Isto quer dizer que o léxico, como muito bem observou Wittgenstein, não é um instrumento de etiquetagem da realidade. Dizer o mundo não é o mesmo que dar nomes às coisas. O discurso não é um simples produto de relações linguagem-mundo.

O estatuto teórico dos itens lexicais deve ser repensado e tudo indica que as teorias que postulam sentidos literais ou algo parecido não são adequadas. Uma teoria lexical deveria considerar, como o fazemos Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995:241), que “o léxico das línguas naturais é um instrumento complexo, a uma só vez fundamentalmente polissêmico e voltado para os fenômenos da parassinonímia”. O léxico é uma fonte útil para as operações de designação, mas não simplesmente um “estoque de etiquetas”. Isto faz com que seja mais importante identificar o conjunto de estratégias que tornam a referenciação possível no discurso e através do discurso do que simplesmente montar um sistema de correspondências lexicais adequadas.

Numa reflexão desta natureza, torna-se pouco produtiva a discussão sobre o problema da significação literal, já que a questão fica deslocada para aspectos estratégicos e processuais. Mas é adequada a discussão, por exemplo, das aspas em certas palavras que, como lembra Authier (1981:136), podem significar “a retirada das palavras de sua evidência de adequação”. Trata-se de *uma inadequação léxica mostrada*, ou seja, uma alteração do sistema de designação indicado e que pode alterar significativamente o discurso.

Certamente, tornar-se-ia aqui interessante uma discussão sobre teorias que lidam com os sistemas de categorização ou teorias da prototipicidade. Mas as próprias classificações não são permanentes nem definitivas, uma vez que variam ao longo da história. O importante é ter presente que, no decorrer de um discurso, o indivíduo tem ao seu dispor uma série de alternativas para designar referentes, inclusive os mesmos referentes. Pode escolher elementos lexicais variados, sendo que uma das conseqüências dessa variação é que os termos não operarão como co-significativos, pois a significação será sempre e essencialmente *contextualizada*. Daí a presença de processos de recategorização que por vezes fazem termos não sinônimos terem relações de correferencialidade.³

A seleção lexical pode ser vista como um mecanismo que *no discurso* cria e mantém seus objetos, o que torna difícil falar da “*adequação referencial*”, tal como apontado acima. É por isso que Apothéloz & Béguelin (1995:241) afirmam que a “*adequação referencial*” sofre mais de restrições socioculturais do que ontológicas. É assim que as estratégias de designação dos referentes no discurso podem atuar como uma atividade de categorização e, em muitos casos, servem-se de recursos conhecidos como figuras retóricas, por exemplo, a *analogia*, a *metalepse*, a *metonímia* etc., para realizar-se. Isto significa que um estado ontológico é substituído por um estado discursivo no caso de designações referenciais. Como veremos adiante, a metaforização torna-se, neste caso, uma estratégia de eficácia semelhante a qualquer outra para a designação de referentes e talvez com maior plasticidade.

Se tomarmos as conhecidas noções de *extensão* e *intensão*, tal como definidas pela lógica formal, dir-se-ia que não são complementares se aplicadas a entidades abstratas como os números, por exemplo. Mas, se aplicadas a entidades empíricas, objetos do mundo, seriam complementares, ou seja, quanto maior a intensão tanto menor a extensão e vice-versa. Ocorre que, no discurso, o modelo lógico não funciona, pois ali tudo depende de modelos cognitivos em atuação.

³ Note-se que este problema não tem a ver com a questão levantada por Frege a respeito da distinção entre *sentido* e *referência*, já que no caso de Frege, a questão ficava presa ao léxico e a aspectos lógico-semânticos. No nosso caso, temos a ver com processos bem mais complexos.

Seguramente, as noções de *intensão* e *extensão* serão fundamentais como contribuição essencial para os processos inferenciais, mas não se deve cair na armadilha da semântica extensional, pois uma semântica exclusivamente extensional opera como um sistema de etiquetagem e não tem maiores problemas com a multiplicação indefinida dos seres a que a etiqueta se aplica. Essa semântica tem características de estaticidade, alia-se a uma ontologia essencialista e ingênua e sugere uma relação aparentemente isomorfa entre mundo e linguagem.

5. Por uma noção de atividade anafórica

A retomada anafórica é a estratégia de progressão discursiva mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida e provavelmente mal-compreendida. Em primeiro lugar, a expressão *retomada* nem sempre designa uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de *remissão* que estabelece o contínuo tópico. Em segundo lugar, a noção de anáfora é aqui enriquecida e ampliada e não diz respeito apenas a relações estabelecidas por pronomes, mas por nomes e outras categorias. Veja-se o caso deste segmento que reproduz parte da fala de um sindicalista:

(2)

<p>Inf:</p>	<p>... uma das finalidades precípua... de <i>um sindicato</i>... é:: exatamente a de prestar... toda e qualquer assistência aos <i>seus associados</i>... né? dentre... os inúmeros benefícios... que podemos assim constar... ou podemos constatar... éh:: deveremos citar... de início... a prestação... da assistência médica /.../ outra finalidade... a que <i>o sindicato</i> se propõe... evidentemente é... aquela de proporcionar... o lazer... aos <i>seus</i>... inúmeros... associados... sabemos por exemplo <i>que o sindicato dos comerciários</i> para falar de um assunto que nos toca parti/particularmente... possui uma granja na cidade de Carpina... e que proporciona àquela <i>MENSA</i>... leva... de <i>associados</i>... /.../ sabemos também... que(3s) <i>os sindicatos</i> também devem leVAR.. adiante... toda e qualquer reivindicação dos <i>seus associados</i> /.../</p>	<p>= cada sindicato (do conjunto de todos os sindicatos) = todos os associados (de todos os sindicatos) = conjunto dos sindicatos = conjunto dos associados = um s. (o dos comerciários) = associados do sindicato dos c. = todos os sindicatos = todos os associados</p>
-------------	---	--

Note-se que “*o sindicato*” nem sempre designa o mesmo conjunto de elementos, pois, às vezes, é um sindicato específico (p. ex., o dos comerciários) e por vezes todos eles. Não há uma correferência nem co-significação desse termo. Também se dá o mesmo no caso dos associados. Este conjunto é variável em termos de indivíduos designados em um ou outro caso. Não há uma relação de retomada correferencial.

Já no caso do exemplo (3) temos uma situação diferente, em que expressões diversas (não co-significativas) retomam-se correferencialmente:

(3)

Inf:	/.../ normalmente... pelo menos nos últimos anos... tem havido um acordo entre: <i>a classe... patronal... e a classe trabalhadora... a fim de que se evite o chamado dissídio coletivo... quando não há um acordo entre pra/ patrões e empregados...</i>	= duas classes = dois conjuntos de indivíduos de duas classes
------	---	--

REC-DID, Inq. 131, linhas 6-36

Seguramente, a classe patronal é composta pelo conjunto dos patrões, assim como a classe trabalhadora é composta pelo conjunto dos trabalhadores, mas é certo também que num caso designa-se um todo e no outro os indivíduos do todo, o que configura uma referenciação por uma estratégia de recategorização referencial, embora extensionalmente os referentes sejam os mesmos. Correferencialidade e co-significação no sentido lexical não coincidem.

Tradicionalmente, este procedimento foi visto sob uma ótica de uniformização da continuidade referencial, quando de fato há uma mudança dos elementos anafóricos. Como mostrou Apóthélos (1994), pode haver uma pluralidade de estratégias de designação anafórica, nem todas co-significativas. Isto sugere claramente que não se deve continuar a observar a anáfora sob o aspecto referencial apenas (e muito menos como uma atividade desenvolvida apenas pelo *pronome de terceira pessoa*).

Podemos dizer que se dá uma referenciação explícita quando a repetição lexical revela traços de correferencialidade e co-significação. Já na referenciação implícita, teríamos a situação em que entrariam casos de associação ou de

relações em que correferenciação e co-significação não operariam simetricamente nem paralelamente. De um certo modo, podemos estabelecer o seguinte esquema geral:

- a) referenciação explícita: (correferenciação, co-significação = vinculação textual e antecedentes explícitos)
- b) referenciação implícita: (correferenciação e não-co-significação = vinculação textual)
- c) referenciação implícita: (correferenciação e não-co-significação = vinculação contextual)
- d) referenciação implícita: (não-correferenciação nem co-significação = vinculação situacional, não-textual)

Podemos observar a relação entre referentes em vários níveis:

1. indivíduos
2. indivíduos do conjunto
3. relação entre termos referidores

Isto conduz à situação de:

<i>CORREFERÊNCIA</i>	<i>CO-SIGNIFICAÇÃO</i>
+	+
+	-
-	+
-	-

Esta distribuição pode ser observada em estratégias de recategorização em vários níveis, tais como:

- a) lexical (semântica)
- b) morfosintática
- c) discursiva
- d) cognitiva
- e) situacional

Coloca-se, assim, a questão das relações entre:

- a) cognição e sintaxe
- b) cognição e léxico
- c) léxico e interação

6. Estratégias de progressão referencial

Nota-se, pois, que o processo de referenciação discursiva ou de progressão referencial no discurso dá-se por meio de uma variada gama de estratégias de designação de referentes que providenciam a “evolução da referência” no próprio texto. Segundo Apothéloz & Béguelin (1995:246ss), podemos distinguir três grandes conjuntos de estratégias, diferenciadas pelas situações discursivas que propiciam quando realizam as designações referenciais no papel anaforizador, isto é, de continuadores discursivos, ou seja:

a) no primeiro caso, o objeto-de-discurso *recebe uma transformação no momento mesmo da sua designação anafórica* sem contudo alterar atributos que lhe foram predicados anteriormente e sem ter qualquer relação com modificações anteriores. Trata-se de uma transformação feita pela anáfora no momento exato de sua utilização.

b) no segundo caso, o objeto-de-discurso, mesmo modificado anteriormente pela predicação de um ou mais atributos, *é designado por uma anáfora que não considera estas mudanças anteriormente havidas na predicação* (caso recíproco ao anterior).

c) no terceiro caso, o objeto-de-discurso sofreu, ao longo do texto uma ou mais modificações na predicação de atributos e *a anáfora homologa essas modificações* na predicação (este tipo é comumente chamado de “referente evolutivo”, mas esta estratégia não consegue homologar todas as modificações anteriores).

É importante não perder de vista que algumas destas estratégias são mais comuns na escrita do que na fala, já que em certos casos trata-se de realizações estilísticas com efeitos de sentido especiais. A seguir, apresentaremos todas as estratégias, seguindo o modelo proposto por Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995).

6.1. Transformações operadas ou marcadas pela anáfora

Os autores citados (p. 347) lembram que, tradicionalmente, os estudos da anáfora consideram-na como uma operação de simples designação referencial em que se dá uma retomada⁴. Observa-se, no entanto, que, no primeiro conjunto (a) de estratégias acima designadas, tem-se o caso em que a anáfora opera transformações no objeto-de-discurso designado. Na realidade, deve-se considerar que a operação de retomada é apenas um cálculo referencial (geralmente de natureza extensional) e não uma retomada do referente quanto a todas as suas propriedades. As modificações que a atividade anafórica pode operar são possíveis de ocorrer de três maneiras:

- a1. *recategorização lexical explícita*
- a2. *recategorização lexical implícita*
- a3. *modificação da extensão do objeto*

(a1) A *recategorização lexical explícita* produz uma predicação de atributos sobre o objeto. Isto quer dizer que não há, no caso de uma anáfora que atua pelo processo de recategorização, diferença alguma entre retomar um elemento com o mesmo item lexical acrescido de predicacões modificadoras ou com um item recategorizador (nova expressão lexical).

A rigor, o problema não se acha no aspecto referencial do item, mas sim quanto ao que sabemos a respeito do objeto-de-discurso referido. A nova expressão que o retoma acresce (enxerta, introduz) novos conhecimentos ou atributos (numa espécie de predicação) sem que isto atinja a referenciação como tal, mas sim o sentido e a orientação da referenciação. Veja-se este exemplo:

- (4) L1: /.../ por exemplo poluição agora todo mundo fala “poluição poluição” o controle *não não dá para haver controle de poluição... só os mais gritantes é que são ... pu/publicados em jornal et cetera e se controla mas os pequenos não... essas companhias de ônibus desses ônibus fumacentos né?... NURC/SP, D2, inq. 343, linhas 142-146*

No caso de (4) temos uma dupla operação no uso das expressões “os mais gritantes” e “os pequenos”: (a) a referenciação propriamente dita

⁴ Em Marcuschi e Koch (1998), mostra-se que nem todas as anáforas constituem retomadas de algum elemento e que algumas são apenas remissões para prosseguimento discursivo.

(retomando o fato (os casos de poluição) anaforicamente), e (b) indicação de uma informação inédita por recategorização lexical explícita do objeto designado (casos de poluição gritantes/pequenos). A função desta estratégia no caso (4) é a de *explicação*, mas as funções podem variar, segundo mostram os autores citados.

Em certos casos, a recategorização lexical explícita é uma operação de designação que retoma um conjunto de fatos. Isso que dizer que a anáfora introduz um item lexical que identifica o referente, retomando-o por designações vagas que anteriormente teriam sido produzidas (por exemplo, descrições genéricas do referente). Veja-se este caso de uma informante que falava sobre as frutas de que mais gostava:

(5) Inf: /.../ quando a gente viaja... a gente observa que as frutas de outros *estados são totalmente diferentes...* coisas *até bastante deco/ desconhecidas... com nomes estranhíssimos*

NURC/RJ, DID, Inq.328, linhas 71-73

O termo *coisas* retoma de maneira recategorizada, mas explícita, “*frutas de outros estados*” para prosseguir desmembrando esse referente numa série de outros, cada qual com seus comentários. Em outros momentos, esse tipo de recategorização anafórica pode funcionar como designação de um ponto de vista, como neste caso:

(6) Inf: /.../ *fora isso fizemos também um filme... não com esse grupo... foi um outro grupo lá do Mackenzie também mas não um grupo de teatro... foi anterior ao teatro nós fizemos um filme... longa... metragem... colorido inclusive na época tudo... mas não com fins éh:::...promocionais ou com fim:: visando algum lu::cro:: ou apresentações realmente em cinemas... da da Capital foi a penas uma::: uma realização nossa pra::: mais pra diversão... um hobby um pouquinho mais caro que os hobbies comuns né?*

NURC/SP, DID, Inq. 161, linhas 54-63

Observe-se que em (6) *hobby* refere o ponto de vista da locutora a respeito da atividade com a montagem de filmes, que não é propriamente comercial e também não apenas diversão, mas algo que a expressão *hobby* pareceu caracterizar, repetindo-se, inclusive, em seguida.

(a2) A *recategorização lexical implícita* (caso a2) é feita através de um *pronome anafórico* que remete a um referente e o retoma denominando-o, mas modificando algum aspecto. Essa estratégia pode desempenhar funções diversas, segundo Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:253-254). A primeira função seria a de *redução de uma ambigüidade referencial*, no caso de haver dois candidatos possíveis para uma anáfora pronominal, sendo ambos de mesmo gênero gramatical. O pronome, ao flexionar-se em gênero, pode retomar um dos dois candidatos.

(7) *Inf. /.../ ah e vi também com a Lisa a Lisa Minelli dois filmes inclusive o Cabaré antes de ser premiado eu tinha assistido... e vi um outro que ela fazia o papel duma moça toda queimada (mas) achei que ela trabalhou excepcionalmente bem que eu me pego muito no pAPEL que eles estão fazendo...NURC/POA, DID, Inq.121, linhas 638-645*

No caso do exemplo acima, a pergunta do documentador, transcrita nas linhas 609-610, havia sido: “você tem preferência por artistas ou por diretores?” A informante, inicialmente, começou discorrendo sobre diretores, a seguir sobre artistas do sexo masculino e, a partir da linha 631, sobre mulheres (...*de mulheres eu tenho*...). O anafórico *eles*, da linha 644, refere-se, pois, aos artistas em geral.

Outra é a função de *sugestão de uma conotação particular* em que uma mudança de gênero do pronome refere algo implicitamente conotado. P. ex.:

(8) Apothéloz-Reichler-Béguelin (1995:253)

“Capitão: *Este é o preparado que todos devem tomar contra vermes.*
Soldado: *Mas ela está intragável.*

Com *ela*, o soldado queria referir-se talvez “à gororoba”, depreciativamente, conotando uma sopa ou mistura intragável.

(a3) Neste terceiro conjunto temos a *recategorização com modificação da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico*, em que tais transformações são operadas nem sempre implicando uma recategorização lexical, mas de outro tipo, ou seja, formal. Esta operação é muito comum na língua falada e está representada no exemplo (1) do qual extraímos o segmento abaixo:

- (9) *Inf: o norte principalmente na Amazonas e no Pará... a influência indígena sobre a alimentação é muito grande... eles comem muitas coisas todas assim /.../ o Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo duro... tipo assim cajá-manga... eles têm muita coisa assim /.../*

Note-se que neste caso *eles* constrói um domínio referencial extraído do estatuto lógico e ontológico de Amazonas e Pará, sendo que esse *eles* designa de maneira explícita, especificando os indivíduos da classe construída com os habitantes dos dois estados lembrados.

Pode ocorrer, no entanto, *abandono de determinações*: transformações deste tipo, mesmo em relação à referência, podem ser muito sutis. Vejamos dois exemplos:

- (10) *L1: /.../ os americanos já estão bem mais à frente né? para você ver a moto aí... ela não faz barulho por que? tem uma lei americana que impõe setenta e cinco... decibéis... de barulho passou disso... não pode fabricar... o veículo né? agora aqui ain::da não tem isso...*

NURC/SP, D2, Inq. 343, linhas 148-154

Poderíamos perguntar a que se refere o *isso*, mas não é necessário, já que retoma tanto a lei americana que proíbe ruídos acima de um certo volume, como as normas para a fabricação de motos especificamente; ou, então, acrescenta a idéia da lei para os demais “veículos”.

Outro caso é o da *passagem a um nível metalingüístico*, uma transformação que se assemelha a uma anáfora associativa. Trata-se de uma passagem que vai do “uso” de uma expressão para sua “menção”, daí seu caráter metalingüístico. Veja-se este caso:

- (11) *L1: nós estamos com o metrô muito::... sei lá... a gente está acostumado já de ouvir falar metrô porque está muito mas... não não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha... certo? Nós temos uma linha... coitadinha não sei se dá para chamar ela de metrô...*

NURC-SP , D2, Inq. 343, linhas 397-400

O aspecto metalingüístico acha-se envolvido no uso do termo “*metrô*”; que nem sempre designa o meio de transporte sugerido, mas um conceito desse

meio ou até mesmo uma forma de apresentação ou uma ironia. O uso da expressão, mais do que uma retomada de um referente, visa a comentar um fato.

Interessante é o caso da *fragmentação de um objeto-de-discurso* em que se realizam operações que não agem exclusivamente sobre a extensão e o estatuto lógico do item lexical, mas além disso recategorizam e atuam fragmentando ou selecionando elementos, como no caso do exemplo (2) no uso das expressões *sindicato* e *associado*. Exemplo interessante, citado por Apothéloz & Reichler-Béquelin (1995:259) é este:

- (12) [...] *eu lhe propus um dia sair desse convento dizendo-lhe que ela poderia contar com a proteção da Rainha da Suécia, e que Sua Majestade me dava esperanças de que ela seria recebida em seu palácio. Ela gostou dessa proposta, tendo aceito essa saída, e eu ordenei naquele momento a execução desse desejo.*”

As três anáforas frisadas têm por base o enunciado inicial “*eu lhe propus um dia...*”. Temos aí um “amalgama cognitivo” (um conjunto de conhecimentos reunidos num enunciado ou num item lexical) que é desmembrado em unidades lexicalmente designadas. Nenhuma das três anáforas refere algo discreto que o enunciado menciona, pois *essa proposta* é o todo visto sob um certo aspecto e como um enunciado; *essa saída* é também uma parte da mesma proposição e nominaliza um dos verbos; de igual modo *esse desejo* é apenas uma noção elaborada a partir dos dados ali fornecidos. O objeto-de-discurso desmembrado é um processo e não um referente especificável discretamente.

6.2 Anafóricos que não levam em conta os atributos predicados do objeto

O segundo conjunto de estratégias (b) é o de anáforas que não levam em conta os atributos anteriormente predicados de um objeto-de-discurso e o retomam no estado inicial. Não se trata de uma recategorização. É comum na escrita e na fala. Trata-se da anáfora em sentido estrito do termo e uma de suas características é retomar o antecedente desconsiderando parcial ou totalmente os novos elementos que foram sendo predicados ou atribuídos a esse antecedente ao longo do discurso. No exemplo que segue, a pergunta girava sobre o que os interlocutores haviam sentido ao entrarem na Faculdade. Após a resposta de L1, transcrita nas linhas 382 a 401, segue-se a fala de L2:

- (13) *Inf. Não o:: eu eu senti um choque quando eu adentrei a faculdade entende? Porque:: você sempre ouviu dizer... que seria um negócio*

diferente isso aquilo... eu as aulas que eu tive dentro duma ... faculdade foi normalmente como eu tive no científico e no ginásio... era:: mais um :: professor ali na frente... explanando... você levantando questões... simplesmente... dificilmente maior participação do aluno... agora... parece que está havendo mais... conjunto havendo mais digamos assim... o aluno está ... trabalhando mais... o professor distribui os temas você que pesquisa né? não sei se é porque eu fiz o curso à noite... era dessa maneira entende?... mas para mim o:: que eu faço atingiu lógico está... me deu visão ampla eu... hoje eu ... leio um jornal eu sei o que eu estou lendo... pelo menos os... acho que... bagagem eles me deram... certo?

NURC/SP, D2, Inq. 62, linhas 402-417

6.3. Anafóricos que homologam os atributos explicitamente predicados

Este é o terceiro conjunto de estratégias em que operam os anafóricos ao longo do discurso e que acarretam recategorizações, homologando num único item lexical uma série de elementos que o objeto foi recebendo ao longo do discurso, tal como mostram Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:262). O exemplo dos autores é retirado de um noticiário:

- (14) *“Um jovem suspeito de haver desviado uma linha telefônica foi interpelado há alguns dias pela polícia de Paris. Ele havia “utilizado” a linha de seus vizinhos para ligações aos Estados Unidos por um montante de 5000 francos. O tagarela foi denunciado diante do tribunal.”*

No caso em tela, a expressão *tagarela* homologa os atributos do objeto referido no discurso.

Aspectos interessantes a serem observados e não considerados por Apothéloz & Béguelin (1995) são os seguintes:

6.4. Formulação que evidencia estratégias de designação mal-sucedidas

Um dos casos mais freqüentes é o da correção com função referencial. Por exemplo, o caso abaixo, em que o informante vinha falando sobre espetáculos teatrais:

- (15) Inf: /.../ porque todos os espetáculos... que partem para esse

campo... fazem sucesso em São Paulo... ou então... monólogos... de artistas famosos... eh principalmente os monólogos humorísticos como:: os espetáculos do uh:: uh:: Chico Aní::sio... do:: Juca Cha::ves... eh:: Ari Tole::do... José Vasconcelos e os outros que sempre faz sucesso... com algumas:: raras exceções... às vezes a peça não agrada tanto...ma::s normalmente... eh:: esse:: esses indivíduos esses humoristas fazem muito sucesso com (todos) seus monÓlogos teatrais

NURC-SP, DID, Inq. 161, linhas 536-446

Observe-se que a expressão em negrito *esses indivíduos* é corrigida pela outra que vem logo em seguida *esses humoristas*, pois de fato tratava-se de humoristas em se considerando os quatro artistas citados. É comum, em especial na fala (já que na escrita se apaga), a presença de correções referenciais especialmente no caso de retomadas globais. Veja-se, também, o exemplo (16), onde se pode, inclusive, notar a hesitação do falante na procura do referente adequado. Como este não lhe vem à mente no momento preciso, ele opera uma correção com função referencial:

(16) *Inf. /.../ agora acho que seria interessante por exemplo que nem é feito na Europa que cada... ah::... hm cada casa contribui com tanto por mês... e então:: os que têm têm televisão e rádio contribuem com tanto por mês e aquilo é pra:: pra televisão quer dizer só tem MEIA hora de:: propaganda diária... NURC/POA, DID, Inq.121, linhas 146-152*

7. Observações finais

Por tudo o que aqui foi discutido, fica patente que os referentes do discurso vão sendo submetidos a uma série de mudanças, que podem ser efetuadas por estratégias de seqüenciação muito diversas. Somos de opinião que a conclusão mais importante a ser tirada deste ensaio deve ser a de que os fenômenos discursivos não são necessariamente fenômenos do mundo e que, no interior do discurso, a progressão referencial se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, através do recurso a uma ampla gama de processos de referenciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D. (1995). Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, A. & M-J REICHLER-BEGUELIN (eds.) (1995) pp. 143-173.
- _____. & M.-J. REICHLER-BÉGUELIN (1995) *Construction de la référence et stratégies de designation*. TRANEL 23 – Du syntagme nominal aux objets-de-discours, 1995:227-271.
- _____. & D. DUBOIS (1995) Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds.) 1995, pp. 227-271.
- BERRENDONNER, A. (1995) Anaphore associative et meréologie. *Recherches sur la Philosophie et le Langage*, n° 16(1995):237-255.
- _____. e M.-J. REICHLER-BEGUELIN (1995) Accords “associatifs”. *Cahiers de Praxématique* 24(1995):21-42.
- _____. A e M.-J. REICHLER-BEGUELIN (eds.) (1995) *Du syntagme nominal aux objets-de discours. SN complexes, nominalisations, anaphores*. Neuchâtel, Institute de linguistique de l’Université de Neuchâtel. (TRANEL, n° 23, dezembro de 1995).
- HALLIDAY, M.A.K. & R. HASAN(1976) *Cohesion in English*. London, Longman.
- KLEIBER, G. (1994) *Anaphores et Pronoms*. Louvain, Duculot.
- MARCUSCHI, L. & I. V. KOCH (1998) Progressão referencial na língua falada. (no prelo) a aparecer no Vol IX da *Gramática da Língua Falada*.
- MILNER, J.-C. (1982) *Ordres et raisons de langue*. Paris, Seuil, 1982.
- MONDADA, L. e D. DUBOIS (1995) Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds.) 1995, pp. 273-302.
- NUNBERG, G.D. (1978) *The Pragmatics of Reference*. Ph.D. Thesis, City University of New York, U.M.I. -Ann Arbor, Michigan.
- POSSENTI, S. (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.
- SANFORD, A. S. e S.C. GAROD (1982) *Towards a processing account of reference*. In: A. FLAMMER e W. KINTSH (eds.) (1982) *Discourse Processing*. Amsterdam, North-Holland Publ. Company, pp. 100-110.
- SCHNEDECKER, C., et alþ (eds.) 1991. *L’Anaphore Associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*. Paris, Klincksieck.